



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS APLICADAS - ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

DÉBORA CHAVES ALVES

**APLICABILIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO
DE LIMOEIRO DO NORTE – CE NO PERÍODO DE 2014-2015.**

LIMOEIRO DO NORTE/CE

2017



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS APLICADAS - ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

DÉBORA CHAVES ALVES

**APLICABILIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE
LIMOEIRO DO NORTE – CE NO PERÍODO DE 2014-2015.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração Pública da UNILAB, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador: Prof^a. Maria Denise Nunes Rodrigues

**LIMOEIRO DO NORTE/ CE
2017**

DÉBORA CHAVES ALVES

**APLICABILIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO
DE LIMOEIRO DO NORTE – CE NO PERÍODO DE 2014-2015.**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira.

Data: ____/____/____

Nota: ____

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Maria Denise Nunes Rodrigues (Orientadora)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, acima de tudo, porque fez de mim quem sou hoje, por ter me dado força para chegar até aqui, e por ter me dado uma família maravilhosa que me apoiou e incentivou em todos os momentos de minha vida.

Quero agradecer à minha mãe, Luíza, ao meu pai, Apolinário, e a minha irmã, Ariany, por sempre estarem ao meu lado, torcendo para que eu conseguisse terminar esse curso. Agradeço a minha prima Daniele, que me deu algumas orientações.

Tenho também que agradecer pelos colegas maravilhosas que fiz durante esses 4 anos. Vocês foram fundamentais nessa jornada, obrigada pelas ajudas nas atividades, nas matérias, acho que sem ajuda de vocês não teria conseguido chegar até aqui.

Agradeço muito a instituição de ensino UNILAB, principalmente aos tutores à distância que foram muitos entre eles quero destacar, Marcos e Rose, as tutoras presenciais Raimunda Mendes e a Gidélia Campos, aos Professores Orientadores Milton Jarbas Rodrigues Chagas e Maria Denise Nunes Rodrigues, muito obrigada pelas orientações, aprendi muito com vocês.

Muito obrigada por me motivarem e incentivarem para que eu pudesse terminar meu TCC.

“Não podemos aprender nada de novo até que possamos admitir que ainda não sabemos de tudo.” (Erwin G. Hall)

RESUMO

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Bolsa Família é um programa que transfere renda diretamente para as famílias como forma de garantir o direito humano à alimentação, à educação e à saúde. Este trabalho de pesquisa visa analisar como foi aplicado e executado o Programa Bolsa Família no município de Limoeiro do Norte. Foram analisadas diversas perguntas regulamentadas pelo programa a fim de chegar aos resultados obtidos com a pesquisa. O estudo foi realizado na Secretária de Assistencial Social, com a Assistente Social do PBF no município e alguns beneficiários do programa. A metodologia usada é exploratória, sob forma de abordagem qualitativa. Para atingir os objetivos propostos foi desenvolvida uma entrevista com a Assistente Social do PBF no município. Conclui-se com este estudo que diante de algumas problemáticas o Programa Bolsa Família no município de Limoeiro do Norte está compatível com todas as orientações do MDS, contemplando assim os mais necessitados. Porém de acordo com as entrevistadas existe um problema que é a falta de fiscalização sobre o usuário do programa.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Bolsa Família (PBF); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

ABSTRACT

According to the Ministry of Social Development and Fight against Hunger (MDS), Bolsa Família is a program that transfers income directly to families as a way to guarantee the human right to food, education and health. how the Family Grant Program was applied and executed in the municipality of Limoeiro do Norte. We analyzed several questions regulated by the program in order to reach the results obtained with the research. The study was carried out in the Secretary of Social Assistance, with the Social Worker of the PBF in the municipality and some beneficiaries of the program. The methodology used is exploratory, in the form of a qualitative approach. To reach the proposed objectives an interview was developed with the Social Worker of the PBF in the municipality. It is concluded with this study that in face of some problems the Family Grant Program in the municipality of Limoeiro do Norte is compatible with all MDS guidelines, thus contemplating those most in need. However according to the interviewees there is a problem that is the lack of supervision on the user of the program.

Words Key: Bolsa Família Program (PBF); Ministry of Social Development and Fight against Hunger (MDS).

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Ciclo das Políticas Públicas.....	15
Quadro 1: Marcos Históricos das Conquistas das Políticas Sociais.....	16
Figura 2: Bolsa Família pelo Brasil.....	28
Quadro 2: Condicionalidades do Programa Repercussão Gradativa de 0 à 15 anos.....	29
Quadro 3: Condicionalidades do Programa Repercussão Gradativa de 16 à 17 anos.....	29
Figura 3: Expansão do PBF.....	31
Quadro 4: Recursos Recebidos Diretamente pelo Cidadão ano 2014.....	35
Quadro 5: Recursos Recebidos Diretamente pelo Cidadão ano 2015.....	36
Quadro 6: Perguntas e Respostas dos Beneficiários.....	37

LISTA DE SIGLAS

CGU: Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União

LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social

MDSA: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ONU: Organização das Nações Unidas

PBF: Programa Bolsa Família

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD: Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUAS: Sistema Único de Assistência

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	13
2.1. Políticas Públicas.....	14
2.2. Desigualdade Social.....	18
2.3. Pobreza.....	19
2.4. Assistência Social.....	23
2.5. Pesquisas recentes sobre o Programa Bolsa Família.....	25
2.6. Programas Sociais criados pelo Governo Federal.....	25
2.7. O que é o Programa Bolsa Família.....	26
2.8 O PBF no município de Limoeiro do Norte.....	31
3. METODOLOGIA.....	33
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Constituição Federal de 1988, pode-se dizer que a principal função do Estado é proporcionar o bem-estar a sociedade. Para que isso aconteça o Estado necessita desenvolver diversas ações e atuar em diferentes campos, como educação, saúde, segurança, etc.

Para alcançar os frutos, o governo utiliza-se das Políticas Públicas, que podem ser entendidas como diretrizes governamentais revestidas do poder e dos valores estabelecidos pelo Estado em sua relação com a sociedade. Segundo MEAD (1995), “políticas públicas é o estudo da política que analisa o governo dentro de grandes questões públicas”. Já DYE (1984) diz que é o que o governo escolher fazer ou não fazer. Dentro das Políticas Públicas existe as Políticas Públicas Sociais, que segundo HOFLING (2001), “são ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltado em princípio, para redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades”. Um exemplo de Política Pública Social é o Programa Bolsa Família.

Segundo o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome) o Programa Bolsa Família foi criado em outubro de 2003 com a intenção de combater a fome e a miséria, promovendo a emancipação das famílias em situações de maior pobreza no país. Com o programa, pessoas que estavam fora do alcance das políticas sociais e que viviam em situação de grande pobreza passaram a ser beneficiadas. A escolha do tema teve como propósito esclarecer como estava sendo aplicado o Programa Bolsa Família no município onde moro no período de 2014 à 2015. Tem-se como problema de pesquisa: Qual a percepção das pessoas quanto ao Programa Bolsa Família?

A pesquisa possui como objetivo geral “Verificar a percepção das pessoas quanto o Programa Bolsa Família no município de Limoeiro do Norte – CE no período de 2014-2015.” E como objetivos específicos: observar o funcionamento do Programa Bolsa Família no município de Limoeiro do Norte – CE no período de 2014-2015; verificar a percepção das pessoas quanto ao PBF.

O trabalho está dividido estruturalmente em seis capítulos, o

primeiro capítulo trata-se da introdução onde se faz uma pequena abordagem sobre Políticas Públicas, apresentando problema, objetivo geral, objetivos específicos. O segundo capítulo trata-se do referencial teórico, no qual traz uma pequena abordagem de Políticas Públicas, Desigualdade Social, Pobreza, Assistência Social com conceitos de autores e diversas perguntas sobre o Programa Bolsa Família. O terceiro capítulo aborda a metodologia utilizada na pesquisa. O quarto capítulo traz os resultados e as discussões da pesquisa. O quinto capítulo aborda a conclusão da pesquisa, apresentando opiniões do pesquisador. O sexto e último capítulo trata-se das referências bibliográficas para o estudo da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil é historicamente marcado pelas intensas desigualdades sociais e regionais caracterizados por problemas socioeconômicos, onde o desenvolvimento pode ser conceituado como um processo pertinente de enriquecimento dos países e de seus habitantes, através do aspecto social e político.

Conforme afirma Barros (2010), o Brasil se constitui de um país de elevada desigualdade de renda e pobreza, e apesar da recente queda desses indicadores, observados a partir de 1994, estes permanecem elevados, em especial considerando-se todas as regiões, sendo o Nordeste a região com os maiores índices de pobreza e de concentração de renda do país. Contudo, atualmente, a educação recebe uma ênfase especial, principalmente por sua relevância ao fato de abranger todas as questões de discussões sociais, como sendo uma forma de mudanças estruturais da sociedade.

Nesse contexto, a educação está voltada para a construção do conhecimento e a formação da consciência cidadã, pois a cada dia se estabelece como uma alternativa em busca de respostas a exigências e anseios da sociedade brasileira que visa melhorias na qualidade de vida. Portanto, nesse sentido, o presente artigo aborda informações, tendo como referência e pressuposto a educação, a fim de vincular o surgimento do Programa Bolsa Família a transferência de renda na permanência da criança e adolescente na escola.

Segundo Rocha (2008), não é só com transferência monetária que se elimina a pobreza e a desigualdade de renda, pois estas tem caráter multidimensional. Assim, numa visão mais ampla, o trabalho propõe que as condicionalidades se tornam crucial para diminuir a pobreza e a alta desigualdade de renda, quando se investe na classe beneficente menos favorecida, para que se solidifique na base a permanência enquanto frequência escolar para crianças e adolescentes na diminuição do trabalho infantil e no aumento da segurança alimentar.

Tais transferências não se constituem como um fim em si mesmo, mas como disparadora do processo de transferência de conhecimento de uma estrutura, de um campo de conhecimento, de um sistema, para outro que à primeira vista não apresentaria elos de ligação.

Para uma melhor compreensão da colocação acima, é necessário que se faça uma reflexão sobre conceitos que se preocupem com os aspectos transcendentais de cada análise, pois realça os objetivos a serem alcançados e que poderão elucidar o papel do homem na busca do exercício pela cidadania e inserir, nesse contexto, a contribuição da Bolsa Família como alternativa de beneficiar famílias de baixa renda, propiciando-lhes a oportunidade de promoção social, por meio da educação.

2.1. Políticas Públicas

A Legislação Brasileira garante direitos sociais para todos os cidadãos, mas para que esses direitos sejam efetivamente assegurados são necessárias Políticas Públicas consistentes. Entretanto, há uma grande dificuldade de implementação dessas políticas no país, isso se deve pela falta de interlocução entre os entes federados e pela escassez de intersectorialidade das ações.

O termo Políticas Públicas surgiu na Europa no final do século XIX e início do século XX. A área de políticas públicas contou com quatro fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom, e D. Easton. Mas foi somente a partir dos anos 1930 que a educação, a saúde, assistência social, previdência, habitação e regulação do trabalho passaram a integrar sistematicamente a agenda de governo.

Laswell (1936), fala que políticas públicas é uma forma de conciliar conhecimento científico ou acadêmico com a produção empírica dos governos. Simon (1957), introduz o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos. Lindblom (1959) propõe uma relação de poder e integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Easton (1965), diz que política pública é um sistema, ou seja,

uma relação entre formulação, resultados e ambiente. Segundo Mead (1995), Lynn (1980), Dye (1984) que tem a mesma linha de pensamento sobre políticas públicas falam que o governo é promotor de ações que influenciam a vida dos cidadãos. Para Souza (2006), entende-se políticas públicas como instrumento ou conjunto de ações dos governos. Já para Secchi (2012) é uma ação elaborada no sentido de enfrentar um problema público.

De acordo com Peters (1986), política pública é a soma das atividades dos governos, que influenciam na vida dos cidadãos. Segundo Howlett e Ramesh (2013) as políticas públicas são formadas por vários ciclos são eles:

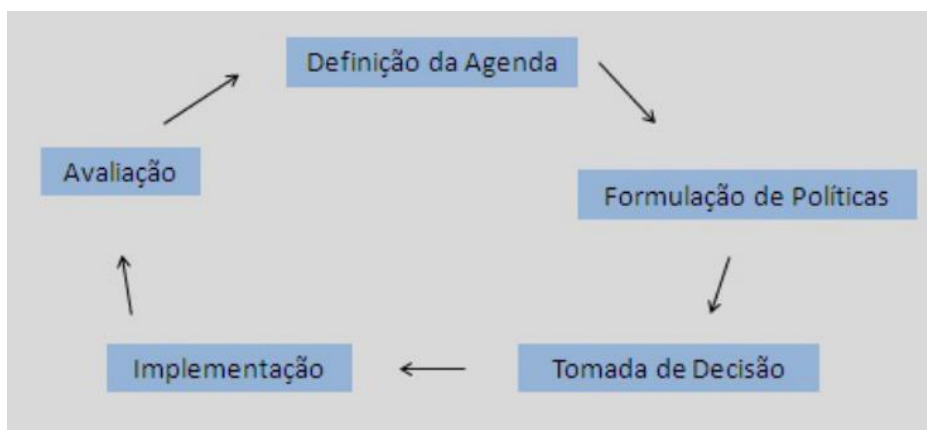


Figura 1: Ciclo da Política Pública

Fonte: <https://jus.com.br/artigos/55955/o-ciclo-de-politicas-publicas-uma-sintese-epistemologica>

Na prática os estágios não são sequenciais ou obrigatórios, tudo depende da situação política e econômica.

Segundo Pesaro (2002),

(...) O sucesso de uma política social depende, dentre outros fatores, da magnitude dos recursos envolvidos na execução e, principalmente, do correto emprego desses recursos. Portanto, a seleção dos potenciais beneficiários, ou seja, o foco da política, é elementar para se iniciar a avaliação do grau de eficiência da ação desenvolvida.

O surgimento das políticas sociais se deu como mecanismo de minimizar e enfrentar as situações de marginalização dos direitos do homem dentro dos regimes totalitaristas. Desse modo, buscou-se inseri-las no texto da Constituição Federal de 1988, dispostas no artigo 3º,

Constituem objetivos fundamentais da república Federativa do Brasil:
I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;
II – garantir o desenvolvimento nacional;
III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
IV – promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação (BRASIL, 1988).

Deve-se destacar que, na história política do Brasil, há a hegemonia da política econômica sobre a política social. É muito comum as injustiças ocorridas na maneira de eleger as ações, prevalecendo os interesses das classes dominantes e a liberdade financeira.

Salienta-se a relevância e a precisão de ponderar e seguir a ação de implantação e realização das políticas sociais no Brasil; além disso, necessitaria ser requisição imperativa, respaldada na probabilidade que sejam consideradas com respeito e preferência, ponderando as necessidades percebidas, a população assistida e os princípios de igualdade e cidadania.

Desse modo, vejamos alguns marcos históricos das conquistas relativas à política social na área dos direitos sociais, sendo eles:

MARCOS HISTORICOS DAS CONQUISTAS DAS POLÍTICAS SOCIAIS
<ul style="list-style-type: none">• 1942 – Criação da LBA – Legião Brasileira de Assistência – coordenada pela primeira-dama para atender às famílias de pracinhas envolvidos na guerra. Após 1946, o atendimento para ser destinado às pessoas pobres, além de apoiar a maternidade e a infância;
<ul style="list-style-type: none">• 1943 – Promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;
<ul style="list-style-type: none">• 1960 – Aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social (Lops) – unificação dos benefícios colocando em ordem mais de 300 leis e decretos referentes à previdência social. Contemplava muitos benefícios e serviços inclusive o serviço social e a alimentação. A Lops também incorporou os autônomos à previdência social;
<ul style="list-style-type: none">• 1963 – Criado o Funrural – Fundo de Assistência do Trabalhador Rural, em resposta aos movimentos dos trabalhadores rurais, estendendo-se a eles os direitos trabalhistas. A lei foi aprovada, mas não foi implementada;
<ul style="list-style-type: none">• 1966 – Criado o INPS – Instituto Nacional de Previdência Social – sendo unificado de cima para baixo, em um único organismo, contextualizado na política centralizadora do governo federal, que nomeava inclusive governadores. Neste período foram estabelecidos convênios junto às empresas para que os trabalhadores fossem atendidos no local de trabalho, apoiados na ideia de saúde e segurança do trabalho, contribuindo assim para o aumento da produtividade;
<ul style="list-style-type: none">• 1971 – Ampliação da previdência ao trabalhador rural, como o benefício de meio salário mínimo (menor que para outras categorias);
<ul style="list-style-type: none">• 1988 – Criada a Constituição Federal do Brasil, conhecida como Constituição Cidadã.

Quadro 1: Marcos Históricos das Conquistas das Políticas Sociais

Fonte: <http://taniamaraaugusto.blogspot.com.br/2011/09/historia-das-politicas-sociais-no.html>

É na capacidade de conexão política da sociedade civil e o aumento das políticas sociais colocando de modo específico às novas exigências para o serviço social que a reconceituação para nortear o desenvolvimento profissional para uma ótica lógica.

A questão social é o alicerce para os movimentos sociais dentro do contexto brasileiro, como produção da ordem burguesa, ou seja, das classes sociais, sendo caracterizada como a representação das lutas dos trabalhadores (rurais e urbanos) pela justa divisão das riquezas produzidas, que cobram do Estado a articulação de políticas sociais que atendam a demanda (NETO, 2003).

Segundo as teorias Marxistas durante o último quarto do século XIX o capitalismo vivencia diversas mudanças em seu desenvolvimento e dinâmica econômica, com casos necessários para a estrutura social e nos setores das políticas das sociedades. O período histórico que compreendeu esse marco temporal ficou conhecido como Capitalismo dos monopólios ou Estágio Imperialista. A organização monopólica satisfaz a necessidade urgente de viabilizar um objetivo primário: O acréscimo dos lucros Capitalistas através do controle dos mercados (NETTO, 2001).

A instituição monopólica traz para dentro da constituição da econômica capitalista uma diversidade de elementos que podem ser enumerados: preços das mercadorias tendem a crescer; taxas de lucro ficam mais alta; taxa de acumulação se eleva; investimento se concentra nos setores de maior concorrência; aumenta a preocupação em introduzir novas tecnologias economizando o trabalho humano; os custos de venda aumentam, reduzindo os lucros adicionais. As consequências desses aspectos na dinâmica econômica são profundas e extensas. De uma parte a tendência das taxas de lucro é revertida em favor dos grupos monopolistas. De outra forma o próprio processo de acumulação é alterado (NETTO, 2001).

Diante das novas exigências sociais, também necessitava-se de um novo profissional. Um projeto profissional diferente e articulado com o projeto democrático, em que o profissional do serviço social atendesse as necessidades e lutasse as lutas junto com as classes que os mesmos eram defensores. Isto é, abraçando a essência de sua profissão e não sendo apenas mais um assistencialista ou pacificador das disputas sociais (BULA, 2003).

2.2. Desigualdade Social

A Desigualdade Social é um problema social presente em quase todos os países, ocorre principalmente nos países não desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Segundo Karl Marx a desigualdade social é fenômeno causado pela divisão de classes, ou seja, quando a renda é distribuída desigualmente na sociedade, sendo uns possuidores de muitos bens, enquanto outros vivem na extrema miséria. A desigualdade é decorrente da má distribuição de renda e pela falta de investimentos na área social. De acordo com o diretor da Oxfam no Brasil, Simon Ticehurst, uma das causas da desigualdade é o “fundamentalismo do mercado” que promove um crescimento econômico que beneficia apenas uma elite, fazendo com que fique mais difícil a situação dos pobres.

De acordo com site KERDNA Produção Editorial LTDA, a desigualdade social vem desde os tempos do Brasil Colônia, quando Portugal detinha dos recursos advindos do Brasil, cuja a relação de desigualdade dava-se entre os senhores e escravos. Com a chegada das primeiras indústrias em 1930, o Brasil passou a administrar um sistema capitalista (sistema econômico baseado na legitimidade dos bens privados e na irrestrita liberdade de comércio e indústria, com o principal objetivo de adquirir lucro), gerando assim a desigualdade, cujos trabalhadores com baixíssimos salários e sem direitos trabalhistas, forneciam a mão de obra às indústrias, fazendo-as lucrar.

Segundo a Pnad (2011), o Brasil está entre os dez países com o PIB mais alto do mundo e o oitavo país com maior índice de desigualdade social e econômica do planeta. As principais causas da desigualdade são: a falta de acesso à educação de qualidade, política fiscal injusta, baixos salários,

dificuldade de acesso aos serviços básicos (saúde, transporte público e saneamento básico). Ainda de acordo com a ONU, os países com menos desigualdade social são: a Noruega, Japão e Suécia. Já os países com maiores taxas de desigualdade são os do continente africano: Namíbia, Lesoto e Serra Leoa.

A desigualdade social traz algumas consequências: a pobreza, miséria, favelização; fome, desnutrição e mortalidade infantil; aumento das taxas de desemprego; marginalização de parte da sociedade; atraso no progresso da economia do país; aumento dos índices de violência e criminalidade.

O Bolsa Família fornece o direito a educação e dá todo um suporte para que o estudante carente possa frequentar a escola bem alimentado, bem estimulado, ou seja, com dignidade. Deste modo, as políticas de transferência de renda têm a função estratégica de reduzir a desigualdade social e agir como política complementar a política educacional (LIMA, 2008, p. 5).

Segundo o PNUD (Plano das Nações Unidas para o Desenvolvimento), coeficiente de Gini ou índice de Gini é um cálculo usado para medir a desigualdade, o número 0 corresponde a uma completa igualdade, e o número 1 a uma completa desigualdade. A principal vantagem do índice de Gini é a capacidade de mensurar a distribuição de renda. Já sua desvantagem é o fato de mensurar a desigualdade de renda em termos estáticos. Em 2013 o índice do Gini estava em 0,501, em 2014 teve uma queda para 0,497.

De acordo com o site EBC Agências Brasil, Simon Ticehurst, diretor da Oxfam no Brasil, fala que o Brasil é único dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) que está conseguindo reduzir a desigualdade social.

2.3. A Pobreza

Segundo o Dicionário Online de Português, a etimologia da palavra pobreza, pobre veio do latim *pauper*, radicado em *paucus*, pouco. No conceito original, pobre não é quem tem pouco, mas quem produz pouco. Existe um

conjunto de fatores para ocasionar a pobreza são eles: fatores políticos legais, econômicos, socioculturais, naturais, históricos, problemas de saúde, insegurança. Existem várias consequências da pobreza, são: a fome, baixa esperança de vida, doenças, falta de oportunidade de emprego, carência de água potável e de saneamento. Para eliminar a pobreza é preciso que o país consiga se desenvolver economicamente e elabore políticas sociais.

A pobreza pode ser absoluta ou relativa. A pobreza absoluta refere-se a um nível que é consistente ao longo do tempo e entre países. Já a relativa é quando um indivíduo ou uma família tem o mínimo necessário para sobreviver, mas não possuem os meios necessários para viver de acordo com a área onde estão inseridos.

Segundo dados do Ministério de Desenvolvimento de Combate à Fome (MDS), em 2011, existiam no Brasil cerca de 16,27 milhões de pessoas em condições de extrema pobreza. No entanto, segundo um relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2012 o número de pessoas que abandonaram a pobreza ultrapassou 3,5 milhões.

A pobreza é uma condição de praticamente todas as cidades do país. No entanto, apesar dos problemas o Brasil vem avançando na área de combate à fome e à pobreza. Em 2013, um relatório apresentado pela Assembleia das Nações Unidas, mostrou que o Brasil é o 13º país que mais investe no combate à pobreza.

O crescimento econômico é fator determinante na geração de novas oportunidades de trabalho. Entretanto, o desenvolvimento não é restrito apenas a aspectos econômicos, mas ao político, cultural e social que partiu da percepção das desigualdades entre países e da disparidade entre regiões, onde as diferenças regionais são constantes, o que tem contribuído para a exclusão social.

O desenvolvimento brasileiro sempre teve feição regional. Algumas frações territoriais terminavam por se sobressair às demais, angariando recursos humanos, materiais e financeiros e confirmando a percepção corrente de um país de vastas extensões de terras e relativa escassez de homens (GALVÃO, 2004, p. 23).

Embora, mesmo no século XXI, a exclusão social permaneça presente no Brasil, atingindo grande parte da população. Apesar das mudanças que o país teve nos últimos tempos, em termos sociopolíticos e socioeconômicos, as desigualdades sociais permanecem distanciando cada vez mais o poder aquisitivo entre os mais ricos e pobres.

A exclusão social é um fenômeno do passado e do presente e, se não houver mudanças substanciais na política socioeconômica para uma distribuição de renda mais justa, será também do futuro. Segundo Estivil (2003), os conceitos de exclusão e pobreza são considerados concomitantes, se sobrepõem e comumente são complementares.

Assim, sobrevém a pobreza no Brasil que é inteiramente derivada deste processo de negação dos direitos, ao longo da história do Brasil em que o debate sobre o problema muitas vezes é separado de igualdade e da justiça social.

Para Silva (2008) a determinação fundamental da pobreza é de natureza estrutural, decorrente, sobretudo da exploração do trabalho, geradora da desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida. No sentido de ilustrar esse processo no Brasil, concorda-se com Telles quando afirma que:

[...] a sociedade brasileira carrega todo o peso da tradição de um país compassado escravagista e que fez sua entrada na modernidade capitalista no interior de uma concepção patriarcal de mando e autoridade, concepção esta que traduz diferenças e desigualdades no registro de hierarquias que criam à figura do inferior e tem o dever da obediência, que merece o favor e proteção, mas jamais o direito. Tradição essa que se desdobra na prepotência e na violência presentes na vida social, que desfazem, na prática, o princípio formal da igualdade perante a lei, repondo no Brasil moderno a matriz histórica de uma cidadania definida como privilégio de classe (TELES, 1999, p.88-89).

Contudo, não se pode restringir a concepção da pobreza exclusivamente como falta ou insuficiência de renda. Segundo Aguiar (2002), a definição usada pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas para o

Desenvolvimento - PNUD “que vê a pobreza como a ausência de escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento da vida humana, o fenômeno é constituído por três eixos fundamentais: a pobreza material, a pobreza intelectual e a pobreza social” (AGUIAR, 2003, p. 16).

No entanto, a todo instante, os pobres são submetidos a situações de privação de capacidades e os exemplos são os mais diversos, entre eles, o trabalho infantil imposto às famílias por uma questão de sobrevivência, trazendo como consequência, a falta de acesso à educação e à saúde e/ou promovendo esse acesso de maneira precária, conforme o que diz Sen (2002) a seguir:

[...] a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de indefinição de pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a baixa renda é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser razão primordial da privação da capacidade de uma pessoa (SEN, 2002, p. 109).

Nesse quadro, a pobreza apresenta-se como algo natural, banal, inevitável, externo e que não é visualizada a partir da indignação dos indivíduos, mas pelos olhos da piedade e da pena.

Nos dias atuais a pobreza é alvo de muitas discussões e debates por parte de autoridades no país, porém são debates que não procuram a viabilização e garantia dos direitos e da justiça social, pois, o importante neste contexto neoliberal não é garantir a igualdade, mas garantir que o pobre tenha acesso aos mínimos para sua sobrevivência.

Aguiar (2002) diz ser possível afirmar que programas de garantia de renda mínima, aplicados de maneira independente, não são capazes de atuar efetivamente no rompimento dos ciclos geracionais de pobreza e de desigualdade social. Essas variáveis não representam mínimo de bens e acesso a serviços básicos de qualidade necessários nos padrões modernos, para sair da mínima, para se tornar um meio de combate à pobreza e à desigualdade, seria interessante estar vinculada a outras políticas sociais.

Cabe ao poder público, nesta conjuntura, buscar novos meios para a superação de barreiras existentes na sociedade, que acabam distanciando os excluídos dos acessos aos bens e serviços, neste caso, o da inclusão escolar, do direito à educação. Conforme afirma Pesaro (2002):

[...] O sucesso de uma política social depende, dentre outros fatores, da magnitude dos recursos envolvidos na execução e, principalmente, do correto emprego desses recursos. Portanto, a seleção dos potenciais beneficiários, ou seja, o foco da política.

A partir desta perspectiva de garantir pelo menos os mínimos necessários sociais para sua manutenção, surgem ideias sobre a criação de Programas de Transferência de Renda, também conhecidos como Programas de Renda Mínima como estratégia de enfrentamento da pobreza.

2.4. Assistência Social

A Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado, o mesmo foi instituído pela Constituição Federal de 1988. Em 1993, com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), ficou definido que a assistência social é um direito de todos os cidadãos que dela necessitam. No ano de 2005, é instituído o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que tem como função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira.

O SUAS, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação. O SUAS materializa o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos e resultados esperados que devem consagrar direitos de cidadania e inclusão social (PNAS/2004, p. 39).

Em 6 de julho de 2011, a Lei 12.435 é sancionada, garantindo a continuidade do SUAS. O SUAS organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social, a primeira é a Proteção Social Básica, (destinada à prevenção de riscos sociais e pessoas, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social), e a segunda é a Proteção Social Especial, (destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, abuso sexual, uso de drogas, entre outros).

Segundo a LOAS a Assistência Social tem como princípios: supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Ainda de acordo com a LOAS a Assistência Social possui a seguintes diretrizes: descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais; participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis; primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.

2.5. Pesquisas recentes sobre o Programa Bolsa Família

De acordo com uma pesquisa publicada na revista “The Lancet” no período de 2004 a 2009, o Programa Bolsa Família reduziu 17% o número de mortalidades nos municípios brasileiros. O estudo avaliou crianças menores de 5 anos, concentrando em causas associadas à pobreza, como a desnutrição, a diarreia e infecções respiratórias. A explicação que se tem para diminuição é que a renda permite o acesso a alimentos e outros bens relacionados à saúde. Esse fator ajuda na redução da pobreza das famílias, melhorando as condições de vida, elimina as dificuldades no acesso à saúde e conseqüentemente, contribui na diminuição das mortes.

Segundo o IBGE (2014), estima-se que um em cada quatro brasileiros recebe o auxílio. O Nordeste (região mais pobre do país e a segunda mais populosa), concentra a maior parte das pessoas atendidas pelo programa, os estados que possuem mais beneficiários são Bahia, São Paulo, Pernambuco, Ceará, Minas Gerais e Maranhão.

Desde 2014 o número de famílias inclusas no programa só cai. Dados recentes mostram que o Brasil tem mais 12,9 milhões de desempregados, mas em vez de crescer o número de famílias com o egresso do desemprego, o programa vem encolhendo. O Governo Federal atribui a queda ao maior controle de fiscalização do programa. O Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), diz que a irregularidade mais comum encontrada no programa é a declaração incorreta de renda no momento do cadastro.

Em 2016 o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), encontrou irregularidades em 1,1 milhão de beneficiários, os cruzamentos de dados mostraram renda familiar superior às permitidas, 469 mil beneficiários serão cancelados e 654 mil bloqueados.

2.6. Programas Sociais criados pelo Governo Federal

Ao longo dos anos o Brasil vem criando uma série de programas sociais visando transformar o país. Gerando assim resultados positivos na busca por um país sem recessão e com condições de se tornar uma potência econômica importante no cenário mundial.

É possível citar diversos programas sociais criados pelo Governo Federal são eles: Programa FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador (trata-se de uma reserva de recursos provenientes de contribuições do PIS e PASEP que é destinada para custear o seguro-desemprego, abono salarial e financiamento de programas de desenvolvimento econômico); Programa Minha Casa Minha Vida (que proporciona o acesso à casa própria); Brasil Carinhoso (é a transferência de renda para creches públicas, ajudando assim na alimentação e na saúde das crianças); Pronatec (é um programa de qualificação profissional de jovens e adultos para conquistarem melhores empregos); Ciência sem Fronteiras (programa voltado para estudantes, através da concessão de bolsas de estudos); Fies (programa de financiamento voltado para jovens que desejam ingressar em uma instituição privada); Prouni (permite o acesso de jovens de baixa renda à educação superior, por meio da concessão de bolsas de estudo integrais ou parciais); Rede Cegonha (sistema que visa programar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, parto e ao puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro).

2.7. O que é o Programa Bolsa Família?

De acordo com o MDS, o Programa Bolsa Família foi criado em 20 de outubro de 2003, é um programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza. O Bolsa Família incentiva a educação das crianças e dos adolescentes do programa e a melhoria da saúde das crianças, das mulheres grávidas e mães que estão amamentando. O PBF é uma junção de quatro programas de transferência de renda, tais como: Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação.

- O Bolsa Escola foi criado pela Lei nº. 10.219, de 11 de abril de 2001 e Decreto nº. 4.313, de 24 de julho de 2002 o programa paga R\$ 15,00

para cada filho entre 6 e 15 anos, até o limite de três filhos por família.

- O Auxílio Gás foi criado com medida provisória nº. 18, de 28 de dezembro de 2001 e Decreto nº. 4.102, de 24 de janeiro de 2002 o programa consistia no pagamento de R\$ 15,00 (quinze reais) para cada família com renda de até meio salário mínimo a cada dois meses, como forma de subsidiar a compra de botijões de gás.
- O Bolsa Alimentação foi criado com medida provisória nº. 2.206-1, de 06 de setembro 2001 e Decreto nº. 3.934, de 20 de setembro 2001 atende às famílias.
- O Cartão Alimentação foi criado pelo Decreto nº. 4.675, de 16 de abril de 2003 destina R\$ 50,00 por mês às famílias do Programa Fome Zero, tenham filhos ou não.

A unificação dos programas Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação em um único programa, propiciou uma maior agilidade na liberação do benefício, diminuindo burocracias e propondo a facilitação ao controle dos recursos. Dados mostram, que em todo o Brasil, mais de 13 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família constitui-se no principal programa no âmbito da Estratégia Fome Zero. Tem por objetivos: combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontra (Silva, 2007, p.1454)

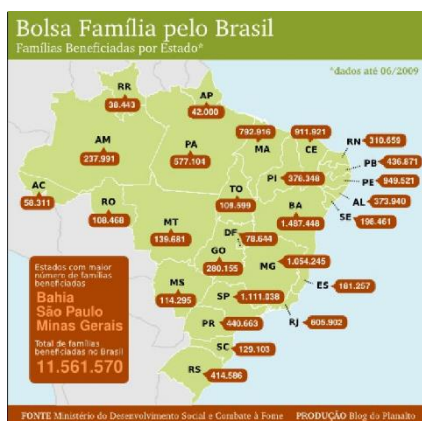


Figura 2: Bolsa Família pelo Brasil

Fonte: MDS

Quem pode fazer parte do Programa Bolsa Família?

O Bolsa Família é destinado as famílias que tem renda entre R\$ 70,00 (setenta reais) e R\$ 140 (cento e quarenta reais) por pessoa, cujo benefício permite o acesso aos direitos sociais básicos como: saúde, alimentação, educação e assistência social. A renda da família é calculada a partir da soma do dinheiro que todas as pessoas da casa ganham por mês (como salários, aposentadorias, Benefício de Prestação Continuada ou qualquer outro benefício do INSS). Esse valor deve ser dividido pelo número de pessoas que vivem na casa, obtendo assim a renda per capita da família.

Como participar do programa?

Para participar do programa, a família tem que realizar a inscrição no Cadastro Único. Em cada município há uma pessoa responsável para fazer o cadastro, essa pessoa se chamada Gestor Municipal. É importante saber que o cadastramento não significa que a família vai entrar diretamente no Bolsa Família. É realizada uma visita às famílias pelo assistente social, ele então elabora um relatório o chamado “parecer”, só então que o Governo Federal conclui se a família vai receber ou não o benefício.

Quais são as Condicionalidades do Programa?

Ao participar do Programa Bolsa Família, a família compromete-se a cumprir as seguintes Condicionalidades do Programa: manter crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola; cumprir cuidados básicos de saúde, calendário de vacinação para crianças de 0 a 6 anos; cumprir a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mulheres que estão amamentando. A família que descumprir as condicionalidades por cinco vezes consecutivas perde o benefício. Sendo certo que anteriormente à exclusão, há

modalidades de punições como advertência, suspensão e, por derradeiro, o cancelamento.

O que acontece se a família não cumprir os compromissos?

Descumprimento	Efeito	Situação do Benefício
1º Registro	Advertência	Família em situação de descumprimento, mas continua recebendo o benefício normalmente.
2º Registro	Bloqueio por 30 dias	Uma parcela do benefício fica retida por 30 dias. Após esse período a família volta a receber o benefício normalmente e a parcela bloqueada pode ser sacada.
3º e 4º Registros	Suspensão por 60 dias	Duas parcelas do benefício não são pagas à família. Após 60 dias a família volta a receber o benefício normalmente, mas as parcelas relativas ao período de suspensão não são pagas à família.
5º Registro	Cancelamento	Parcelas que ainda não foram sacadas pela família são canceladas. As parcelas que seriam pagas à família nos meses seguintes são interrompidas e a família é desligada do programa.

Quadro 2: Condicionalidades do Programa Repercussão Gradativa de 0 à 15 anos.

Fonte: MDS

Descumprimento	Efeito	Situação do Benefício
1º Registro	Advertência	Não há efeito sobre o benefício.
2º Registro	Suspensão por 60 dias	O benefício é suspenso por 60 dias, após o período à família não recebe as parcelas suspensas.
3º Registro	Cancelamento	O benefício é cancelado.

Quadro 3: Condicionalidades do Programa Repercussão Gradativa de 16 à 17 anos.

Fonte: MDS

Como são calculados os valores do benefício?

Os valores pagos pelo PBF variam desde R\$ 20,00 (vinte reais) até R\$ 182,00 (cento e oitenta e dois reais), de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças e adolescentes até 17 anos.

O programa possui três tipos de benefícios: o básico, variável e variável vinculada ao adolescente. O benefício básico de R\$ 62,00 é pago às

famílias consideradas extremamente pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 60,00 por pessoa mesmo que elas não tenham crianças, adolescentes ou jovens. O benefício variável de R\$ 20,00 é pago às famílias pobres, ou seja, aquelas com renda mensal de até R\$ 120,00 por pessoa desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 60,00. O benefício variável vinculado ao adolescente de R\$ 30,00 é pago a todas as famílias do PBF que tenham adolescentes de 16 a 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios deste tipo, ou seja, até R\$ 60,00.

Para que isso ocorra de forma correta é preciso que cada município tenha responsabilidade e competência em cada gestão de: identificar e inscrever no Cadastro Único as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza; apurar e encaminhar denúncias às instâncias cabíveis; acompanhar as famílias beneficiadas, em especial na atuação em casos de maior vulnerabilidade social; estabelecer parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais, federais e não governamentais para oferta de programas complementares aos beneficiários do PBF; atualizar informações do Cadastro Único apuradas por meio do percentual de cadastros válidos e do percentual de domicílios atualizados nos últimos dois anos.

Os beneficiários do Bolsa Família também são atendidos por outros programas e políticas sociais do Governo Federal, como: tarifa social de energia elétrica; cursos de alfabetização, de educação de jovens e adultos e de qualificação profissional; ações de geração de trabalho e renda e de melhoria das condições de moradia; além de isenção de taxas de concursos públicos federais.

Segundo Weissheimer (2006),

O Bolsa Família não é o programa mais importante em termos de volume de recursos investidos, mas talvez seja o de maior impacto na vida cotidiana de milhões de pessoas que tinham muita dificuldade para colocar comida na mesa. Pessoas que estavam fora do alcance das políticas sociais e que viviam em situação de grande pobreza passaram a ser beneficiadas por uma rede de proteção social inédita em suas vidas.

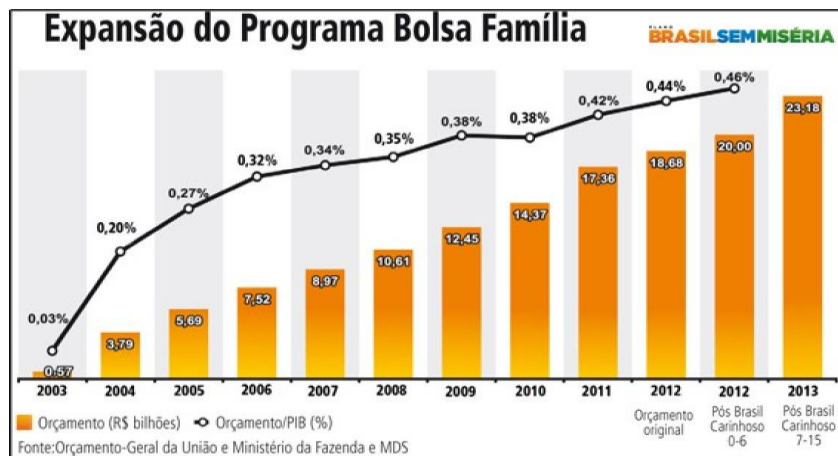


Figura 3: Expansão do Programa Bolsa Família.
Fonte: Orçamento-Geral da União, Ministério da Fazenda e MDS

De acordo com Weissheimer(2006), o Programa Bolsa Família trouxe com o passar do tempo alguns impactos positivos como na educação. O desempenho dos alunos assistidos pelo programa é superior à média nacional para a rede pública de ensino. Nos últimos anos a frequência escolar dos beneficiários foi de quase 96%. Como uma das exigências para permanecer no programa é que os pais mantenham os filhos na escola, a taxa de evasão também caiu. Além de permanecer na escola, os beneficiários são menos reprovados. O Bolsa Família também trouxe impactos positivos em áreas menos esperadas, como a conquista da condição das mulheres no sertão nordestino. Como são as mulheres que recebem a maioria dos benefícios, elas podem ter o controle sobre o que a família consome no mercado, sobre as compras para os filhos, e muitas delas se livraram de um ciclo de abusos por parte dos maridos.

2.8. O Programa Bolsa Família no município de Limoeiro do Norte

De acordo com site do município, Limoeiro do Norte foi fundada em 30 de agosto de 1897, é um município brasileiro, na Região Nordeste, no estado do Ceará. Localizado na Mesorregião do Jaguaribe, na Microrregião do Baixo Jaguaribe, no Vale do Jaguaribe, o mesmo tem 198 km de distância da capital (Fortaleza). Segundo dados do IBGE, em 2010 o município tinha 56.264 mil habitantes, uma área de 751,535 km², o PIB de R\$ 402.180.000 mil, e uma renda per capita de R\$ 7.145,00. O município é conhecido como a “Terra das

Bicicletas”, pelo fator do número de bicicletas por habitantes, e sendo comum crianças aprenderem muito cedo a andar de bicicleta. Em razão de suas belezas naturais e seu vanguardismo nas áreas religiosas e educacionais, o município também ficou conhecido como a “Princesa do Vale”.

Segundo a Assistente Social do PBF no município de Limoeiro do Norte, o programa foi implantado no dia 09 de agosto de 2005. Limoeiro do Norte foi um dos primeiros municípios a receber o repasse, pois o mesmo encaminhou ao ministério (MDS) o termo de adesão ao programa corretamente preenchido e indicando um gestor, também criaram uma instância de controle social (local para acompanhar a execução do programa). No momento existem 13 funcionários trabalhando diretamente no programa: 1 gestor social, 1 assistente social, 5 digitadores, 5 cadastradores/entrevistadores e 1 motorista.

3. METODOLOGIA

No Dicionário Aurélio, pesquisa é “investigação e estudo, minuciosos e sistemáticos, com o fim de descobrir fatos relativos a um campo do conhecimento.” Gil (2007) diz que pesquisa é um procedimento que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.

Fonseca (2002), fala que metodologia é o estudo da organização. A metodologia desta pesquisa é exploratória, sob forma de abordagem qualitativa, acompanhado de uma entrevista estruturada realizada com a Secretária de Assistência Social do Município, da Assistente Social do Bolsa Família no município de Limoeiro do Norte e de 50 beneficiários do programa, o instrumento utilizado foi bloco de anotações.

Um trabalho é de natureza exploratória quando envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram (ou tem) experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Possui ainda a finalidade básica de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens posteriores. Dessa forma, este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores. Gil (1999, p 43)

Minayo (2010, p. 57) fala que o método qualitativo pode ser definido como: “o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vive, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”.

Este trabalho foi realizado com o intuito de apresentar a percepção dos beneficiários do PBF no município, procurando verificar os principais entraves do programa e qual a percepção das pessoas sobre o mesmo. Para que esta pesquisa fosse desenvolvida foram realizadas pesquisas na instituição, em sites, livros, trabalhos recentes sobre o Programa Bolsa Família, leis procurando compreender, analisar e identificar o programa. Segundo

Fonseca (2002), “a pesquisa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado”.

A entrevista com a Secretária e a Assistente Social foi realizada em maio de 2016, já a entrevista com os beneficiários foi realizada no mês de novembro e dezembro de 2016. Depois de realizada as entrevistas com os beneficiários foi feito uma tabulação para obter a porcentagem. Através da entrevista com Assistente Social consegui obter o cadastro de pessoas, mas a mesma informou que no site da transparência do município havia o cadastro de todos os beneficiários com nomes e valores que cada um recebe por mês.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa seção descreve as falas dos entrevistados começando com a Assistente Social do PBF e seguindo com as dos beneficiários. A Assistente Social relatou que o PBF é o maior programa de assistência de renda que tem como objetivo principal combater à pobreza e a desigualdade social no Brasil. Ela define o Bolsa Família como um programa que está em grande avanço no que diz respeito ao social, uma política de renda que inclui programas muito bons como, por exemplo, o PRONATEC. Pergunto-lhe se devido à crise houve algum corte de recurso, e ela responde que não.

De acordo com portal de transferência, atualmente são 184 municípios do estado do Ceará que recebem o Bolsa Família. No ano de 2015 mais de 12.352.610 pagamentos foram realizados para os beneficiários do Bolsa Família no estado do Ceará, totalizando R\$ 2.039.512.123,00.

Segundo a assistente social do programa, o município de Limoeiro do Norte possui 36.007 cadastrados, entre eles 31.165 são beneficiários. Possui 10.433 famílias cadastradas e 8.627 famílias recebendo o benefício. Desses números 5.468 estão com cadastro desatualizados e 3.224 estão com cadastros inválidos.

Mês/2014	Valores ano de 2014
Janeiro	891.560,00
Fevereiro	907.886,00
Março	906.558,00
Abril	911.660,00
Maio	906.964,00
Junho	1.032.035,00
Julho	1.050.602,00
Agosto	1.037.635,00
Setembro	1.042.359,00
Outubro	1.035.660,00
Novembro	1.033.721,00
Dezembro	1.029.341,00
Total	11.785.981,00

Quadro 4: Recursos Recebidos Diretamente pelo Cidadão ano 2014

Fonte: http://ce.transparencia.gov.br/tem/Limoeiro_do_Norte/receitas/pelo-cidadao/acoes-por-mes?exercicio=2014&funcao=08&acao=8442

Mês/2015	Valores ano de 2015
Janeiro	1.015.027,00
Fevereiro	1.015.817,00
Março	1.013.448,00
Abril	1.004.110,00
Maio	996.997,00
Junho	997.192,00
Julho	999.392,00
Agosto	995.538,00
Setembro	973.847,00
Outubro	1.013.824,00
Novembro	986.113,00
Dezembro	1.009.031,00
Total	12.020.336,00

Quadro 5: Recursos Recebidos Diretamente pelo Cidadão ano 2015

Fonte: http://ce.transparencia.gov.br/tem/Limoeiro_do_Norte/receitas/pelo-cidadao/acoes-por-mes? exercicio=2015&funcao=08&acao=8442

Uma das perguntas foi saber como manter o foco do programa na população mais pobre e garantir que pessoas que não precisam tomem o lugar de quem realmente necessita do benefício, ela responde que é muito difícil, mas quando se tem uma equipe a qual conhece o programa tudo fica mais fácil de realizar. Ela diz que o artigo mais usado é o do Código Penal 299.

Artigo 299 – Código Penal – Omitir, em documento público ou particular, declaração que deve ou devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa do que devia ser escrita, com fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante. Pena – Reclusão – 1 à 5 anos, e multa.

E por último pergunto quais sugestões ela daria para melhorar o programa, e a mesma me responde que se o programa deixasse de ser autodeclaratório e passasse a ser comprobatório.

Também foi elaborada uma pesquisa no Google Formulários para saber o que tinha melhorado na vida das pessoas que recebiam ou já receberam o Bolsa Família, com uma amostragem de 50 pessoas.

Percebe-se na pesquisa com os beneficiários que 80% é do sexo

feminino. Em relação a escolaridade, 40% cursaram o ensino fundamental incompleto e 30% concluíram o ensino fundamental. A maioria dos entrevistados tinha como profissão a agricultura. Em relação a moradia 98% responderam que moravam em residência própria. Pergunto quantas pessoas moram na casa, 24% dizem que três pessoas e 36% quatro pessoas. Dessas quantas são adultos, 30% responderam dois adultos, 20% três adultos e 28% quatro adultos. Quantas crianças moram na casa, 40% responderam que não havia criança e 46% uma criança. Em relação a renda familiar, 50% diz que recebe menos de um salário mínimo e 46% entre um e três salários mínimos. Pergunto se alguém recebe ou já recebeu o benefício, 84% diz que recebe. Em relação sobre o que é feito com o benefício, 55% diz paga despesas na casa e 35% que compra alimentação. E por último pergunto o que pensa sobre o PBF, 95% disseram que era bom. Palavras de alguns beneficiários sobre o que eles pensam sobre o programa:

“Tem muita gente que não precisa, e recebe”. (Entrevistado E20)
 “Ajuda à muitas pessoas, principalmente os mais carentes.”
 (Entrevistado E43)

Sexo:	80% - Feminino 20% - Masculino
Escolaridade:	40% - 1º Grau (Ensino Fundamental Incompleto) 30% - 1º Grau (Ensino Fundamental Completo) 8% - 2º Grau (Ensino Médio Incompleto) 20% - 2º Grau (Ensino Médio Completo) 1% - Ensino Superior Incompleto 1% - Ensino Superior Completo
Profissão:	18% - Agricultor 48% - Agricultora 2% - Autônomo 2% - Açougueiro 2% - Caixa 18% - Dona de casa 8% - Estudante 2% Recepcionista
Mora em:	98% - Residência Própria 2% - Alugada
Quantas pessoas moram em sua casa?	8% - 1 pessoa 10% - 2 pessoas 24% - 3 pessoas 36% - 4 pessoas 16% - 5 pessoas 6% - 6 pessoas
Dessas quantas são adultos?	12% - 1 adulto 30% - 2 adultos 20% - 3 adultos 28% - 4 adultos 10% - 5 adultos

E quantas são crianças?	40% - 0 46% - 1 criança 12% - 2 crianças 2% - 3 crianças
Renda Familiar?	50% - Menos de um salário mínimo 46% - Entre 1 e 3 salários mínimos 4% - Mais de 3 salários mínimos
Você ou alguém que mora na sua casa recebe o benefício?	84% - recebe 14% - já receberam 2% - não recebe
O que você faz com benefício?	16% - Pagar energia 6% - Pagar água 35% - Despesas na casa 35% - Alimentação 8% - Material Escolar
O que você pensa sobre o Programa Bolsa Família?	95% - Disseram que era bom 5% - Péssimo, alegaram que era pouco dinheiro

Quadro 6: Perguntas e Respostas dos Beneficiários

Fonte: Dados dos entrevistados

Observando o quadro, percebe-se que são pessoas com baixo nível de escolaridade, tem como profissão a agricultura familiar, tem sua própria casa, moram cerca de 3 a 4 pessoas, possuem renda familiar menor que um salário mínimo, a maioria são beneficiários do programa e usam o benefício para pagar despesas na casa e comprar alimentação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se com este estudo que diante de algumas problemáticas (como a falta de uma fiscalização mais rígida) o Programa Bolsa Família no município de Limoeiro do Norte está compatível com as orientações do Ministério do Desenvolvimento Social, contemplando assim os mais necessitados. Mas ainda assim seguindo as orientações MDS, existem pessoas que recebem o auxílio sem estarem inclusas nas condicionalidades do programa. Para que diminuísse as problemáticas apresentadas seria adequado que houvesse visitas domiciliares e acompanhamento da família com frequência.

Assim sendo, verifica-se que o Bolsa Família não é apenas um programa de transferência de renda, o mesmo contribui com alguns pontos positivos como a educação, das crianças e dos adolescentes. Percebe-se com a pesquisa que o Bolsa Família ajuda muitas pessoas a ter um pouco de dignidade. Percebe-se que o programa tem cumprido seu papel inicial que é “reduzir a fome e possibilidades a inclusão social”, no entanto ainda existem pessoas em situação de extrema miséria que são aqueles que não tem teto e moram na rua, é preciso adaptar o programa para alcançar essas pessoas.

Tem como limitações da pesquisa uma amostra de 50 beneficiários, 1 secretária da Assistência Social, 1 Assistente Social do PBF no município. O estudo deste trabalho aplica-se apenas a um município, tratando-se por isso de um estudo exploratório. Este estudo procurou conhecer o funcionamento do PBF no município de Limoeiro do Norte.

Sugiro que seria importante ter trabalhos futuros sobre o tema. Também seria importante que os próximos estudos procurassem abranger um maior número de beneficiários (Exemplo: o Vale Jaguaribe), o que contribuiria para o aprofundamento do tema em análise.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Augusto, Tânia Mara. A história das políticas sociais no Brasil e seus grandes acontecimentos. Disponível em:

<<http://taniamaraaugusto.blogspot.com.br/2011/09/historia-das-politicas-sociais-no.html>>. Acesso em: 26 set. 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e História. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOCK, Ana Mercês. Psicologias: uma introdução ao estudo das psicologias. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Bolsa Família. 2015. Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

BRASIL. Brasil da Mudança. Bolsa Família: Desfazendo mitos sobre o programa. Disponível em: <<http://brasildamudanca.com.br/bolsafamilia/mitos/>>. Acesso em: 08 de junho de 2017.

BULA, Leonia Capaverde. Relações sociais e questão social na trajetória histórica do serviço social brasileiro. Revista Virtual Textos & Contextos, n. 2, 2003.

BRASIL. Decreto n. 6.392, de 12 de março de 2008. Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6392.htm#art3>. Acesso em: 6 jun. 2017.

BRASIL. Estudo Referente aos Programas Sociais Governamentais em Funcionamento Atualmente. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

BRASIL. Instituto Lula. O Brasil que conquistamos. Disponível em: <<http://obrasilqueconquistamos.com.br/programa-bolsa-familia/>>. Acesso em: 28 jun. 2017.

COHN, Amélia. Políticas Sociais e Pobreza no Brasil. Publicado em 2009. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

Dicionário Online Informal. Disponível em: <<http://www.dicionarioinformal.com.br/>>. Acesso em: 21 nov. 2016.

EBC Agências Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

Editora Melhoramentos Ltda. Dicionário Michaelis. Disponível em:

<<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de pesquisa. Acesso em: 10 jun. de 2017.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Acesso em: 23 jun. de 2016.

Hayashi, Renato. O ciclo de políticas públicas: uma síntese epistemológica. Disponível em:<<https://jus.com.br/artigos/55955/o-ciclo-de-politicas-publicas-uma-sintese-epistemologica>> Acesso em: 28 set. 2017.

Holanda, Aurélio Buarque. Dicionário Aurélio. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. Lei n. 8.742, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 8 jun. 2017.

Kerdna Produção Editorial LTDA. Disponível em:< <http://www.kerdna.com.br/>>. Acesso em: 2 ago. 2017.

_____. Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm>. Acesso em: 7 jul. 2017.

MARQUES, Rosa Maria. Políticas de transferência de renda no Brasil: a experiência do Bolsa Família. Sociedade e Cultura. Goiás: UFG, 2008. Acesso em: 20 jul. de 2017.

Cidade Brasil. Município de Limoeiro do Norte. Disponível em: <<http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-limoeiro-do-norte.html>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

Nações Unidas. Impacto do Programa Bolsa Família na Redução da Mortalidade Infantil. Disponível em: <<http://nacoesunidas.org/estudo-avaliacao-impacto-do-programa-bolsa-familia-na-reducao-da-mortalidade-infantil>>. Acesso em: 30 jul de 2017.

OSORIO, Luiz Carlos. Psicologia grupal: uma nova disciplina para o advento de uma era. Porto Alegre RS: Artmed, 2003.

NETTO, J. P. Capitalismo monopolista e serviço social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NETO, José Paulo. Ditadura e o serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2003. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAgZwoAl/netto-jose-paulo-ditadura-servico-social-analise-servico-social-no-brasil-pos-64>>. Acesso em: jul de 2017.

PEREIRA, Potyara A. P. Política social: temas & questões. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009. Acesso em: Jul de 2017.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, 2012. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n112/07.pdf> >. Acesso em: jul de 2017.

Piana, Maria Cristina. As políticas sociais no contexto brasileiro: natureza e desenvolvimento. Disponível em:< <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-02.pdf> >. Acesso em: 25 set. 2017.

Portal da Transparência. O Programa Bolsa Família. Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_bolsa_familia.pdf>. Acesso em: Jul de 2017.

RIBEIRO, Samara Campos. Políticas sociais e o Programa Bolsa-Família: uma abordagem teórica à luz da pobreza multidimensional. Acesso em: Jul de 2017.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Porto Alegre, 2006. Acesso em: Jul de 2017.

Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: Jul. 2017.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Bolsa Família – avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

Anexo

Questionário

Pesquisa acadêmica de cunho exclusivamente pedagógico, para compor Trabalho de Conclusão de Curso no Bacharelado em Administração Pública.

1. Nome? Cargo? Há quanto tempo exerce essa função?
2. Em que ano foi implantado o Bolsa Família no município de Limoeiro do Norte?
3. Quantas pessoas trabalham na secretaria? Quantos funcionários trabalham diretamente com PBF?
4. Fale-me um pouco sobre o Programa Bolsa Família.
5. Muitas pessoas dizem que o programa está inserido nas políticas sociais compensatórias, outras dizem que é um programa assistencialista. Como a senhora define o Bolsa Família?
6. Como o Programa Bolsa Família está sendo aplicado no município?
7. Quantas famílias recebem o auxílio no município?
8. Quais são os números de famílias atendidas mensalmente e anualmente?
9. Devido à Crise Econômica, os recursos do Bolsa Família sofreram algum corte?
10. Qual foi o aumento do Bolsa Família nos últimos anos?
11. Como manter o foco do programa na população mais pobre e garantir que pessoas que não precisam tomem o lugar de quem realmente necessita do benefício?
12. Existe algum problema com a implantação do programa no município? Se sim, cite-os? E como os mesmos, estão sendo ou foram solucionados?
13. Que tipo de sugestões a senhora daria para melhorar o programa?